

ANC PA 4

Ulysses dilata prazo para emendas sem alterar cronograma de trabalhos

Lula Marques

Da Sucursal de Brasília



O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, na reunião da Executiva

O presidente do Congresso Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, concedeu um prazo extra de dois dias para apresentação de emendas aos substitutivos a serem apresentados pelos relatores das oito comissões temáticas no próximo dia 8, antes da votação prevista para o dia 12. Entretanto, o prazo para que os textos das comissões cheguem à Comissão de Sistematização permanece o mesmo — 15 de junho. A decisão atendeu reivindicação de todos os partidos e garante mais uma etapa de avaliação dos projetos das comissões. Pelo regimento interno, uma vez concluídos, os relatórios não poderiam ser emendados antes da votação.



“Do jeito que estava, o substitutivo iria ser um verdadeiro decreto-lei”, disse ontem o deputado Saulo Queiroz (MS), secretário-geral do PFL. Ele foi um dos parlamentares que procurou pessoalmente o presidente do Congresso constituinte para que este mudasse o cronograma dos trabalhos das comissões. As novas datas ficam assim: emendas podem ser apresentadas nos dias 8 e 9, o relator tem os dias 10 e 11 para preparar parecer sobre essas sugestões e a votação fica para o dia 12.

A alteração do cronograma deverá evitar problemas nas comissões. A votação deverá ser mais tranquila, na avaliação dos constituintes, porque evitará também manobras para forçar a apreciação de propostas não acolhidas nos substitutivos e intermináveis questões de ordem no encaminhamento da votação.

Mas a decisão de Ulysses Guimarães, na verdade, apenas formaliza posições que já vinham sendo tomadas pelas comissões. A Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, onde está sendo discutido o mandato presidencial e o sistema parlamentarista aprovado na Subcomissão do Poder Executivo, foi das primeiras a conceder o prazo extra para as subemendas.

Sistematização

Comissão cria um mini-regimento

A Comissão de Sistematização termina amanhã a votação de um mini-regimento para regular o seu funcionamento. O mini-regimento é de autoria do relator da comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O documento foi quase que totalmente aprovado ontem, restando apenas quatro destaques, que deverão ser votados amanhã, a partir das 9h.

Um dos pedidos de destaque, do deputado Gerson Peres (PDS-PA), trata do quórum para deliberação de projetos de decisão. Segundo o 1.º vice-presidente da Comissão, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), o relator quer que os projetos de decisão sejam aprovados por maioria simples, enquanto o grupo de Peres acha que, por serem matéria constitucional, devem ser decididos por maioria absoluta.

Outro destaque, de autoria do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), trata da inclusão de um dispositivo que permite a designação de um relator especial, com anuência do relator da comissão, para tratar apenas dos projetos de decisão.

Há mais de um mês que a Comissão de Sistematização está tentando aprovar um regimento próprio, sem contudo conseguir quórum para isso. Ontem, 51 dos 93 parlamentares que formam a Comissão de Sistematização foram à reunião. “Esperamos que a partir de agora o comparecimento seja maior”, afirmou Aluizio Campos, que ontem substituiu o presidente da comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

Posição

A partir de amanhã, a comissão começará a se reunir semanalmente às terças, quartas e quintas-feiras. Segundo Aluizio Campos, nas reuniões serão discutidos problemas referentes à elaboração do novo texto constitucional. O deputado Bernardo Cabral afirmou que a Sistematização terá uma orientação mais técnico-jurídica que político-partidária. Segundo ele, seus membros poderão mudar o voto manifestado na comissão, quando o projeto chegar ao plenário. “Lá sim o voto será político”, disse. Ele prevê que a comissão deverá receber mais de seis mil emendas.

Ordem Econômica

Emendas chegam ao recorde de 1.106

Foram apresentadas 1.106 emendas na Comissão da Ordem Econômica do Congresso constituinte. O recordista de propostas, com 169 emendas, foi o deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR), de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado no caderno “Os Eleitos” no dia 19 de janeiro), que é suplente na comissão. A deputada Irma Passoni (PT-SP), de esquerda, foi a constituinte que apresentou, nessa área, o segundo maior volume de propostas, com 72 sugestões.

Hoje, a Comissão da Ordem Econômica se reunirá somente às 10h, tendo sido cancelada a sessão que já estava marcada para 17h. O dia de ontem, sem a presença do relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP), de centro-esquerda, foi dedicado, em grande parte, à questão dos transportes, inclusive a discussão em torno do Departamento de Aviação Civil (DAC), se fica ou não subordinado ao Ministério da Aeronáutica.

Se, às vezes, a Comissão da Ordem Econômica não tem número suficiente de constituintes, não se pode dizer

o mesmo dos representantes de grandes empresas e órgãos públicos, que acompanham com assiduidade e muita atenção as sessões e os bastidores. Diariamente, o plenário da Comissão da Ordem Econômica recebe os “olheiros” da Shell, Souza Cruz, Ministério da Aeronáutica, Ministério dos Transportes e Ministério da Reforma Agrária.

Além desses, a comissão é frequentada por funcionários da Petrobrás, Furnas, British Petroleum, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Associação dos Armadores de Longo Curso, dos Armadores da Navegação de Cabotagem e até da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Ontem, a Comissão da Ordem Econômica recebeu uma delegação de representantes dos trabalhadores em transportes aéreos, que tentaram convencer os constituintes a manter o parágrafo 7º, do Artigo 18, do anteprojeto aprovado na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, que tira do Ministério da Aeronáutica o controle sobre o Departamento de Aviação Civil.

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Adroaldo e Calabi criticam projeto

O Brasil poderá ter grandes prejuízos se o projeto elaborado pela Subcomissão do Sistema Financeiro for aprovado na forma como está, afirmaram ontem o vice-presidente para Área Externa do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, e o secretário do Tesouro, Andrea Calabi. Pela proposta da subcomissão, os bancos estrangeiros são proibidos de operar no Brasil.

Adroaldo depôs ontem perante a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças do Congresso constituinte, que examina o texto da subcomissão. Segundo ele, somente o Banco do Brasil capta no exterior mais depósitos que todos os bancos estrangeiros sediados no Brasil somados e mais que todos os depósitos do próprio banco no país.

O vice-presidente da Área Externa do BB disse que, caso se efetive a proibição de operação dos bancos estrangeiros e haja retalições, será quase que impossível o prosseguimento de transações comerciais com o exterior. Para Adroaldo, o momento onde surgem essas colocações não é oportuno: “Precisamos rene-

gociar a dívida, e atitudes como essa podem impedir que esses esforços cheguem a bom termo.”

O Banco do Brasil tem hoje cerca de US\$ 6 bilhões em depósitos no exterior, muitos dos quais em bancos internacionais onde tem participação acionária. Caso haja retaliação, o Brasil perderia parceiros na Europa, no Oriente Médio e na América Latina.

Prejuízos

Andrea Calabi afirmou que, se aprovado na forma atual, o projeto poderá acarretar prejuízos mensais da ordem de Cz\$ 16 bilhões ao Tesouro, com o impedimento de que possa retirar títulos do mercado através do Banco Central, aplicando suas disponibilidades de caixa. Para ele, o projeto reduz o poder aquisitivo do Tesouro e impede uma correta gestão dos recursos públicos.

Com relação à Comissão Mista prevista no projeto — com poderes de anular atos do Executivo —, Calabi afirmou que se trata de “uma interferência entre poderes, e não uma tentativa de busca de ação harmônica e coordenada entre eles”.

Soberania

Relator quer Tribunal Constitucional

O relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), de centro-esquerda segundo levantamento da Folha publicado no caderno “Os Eleitos” no dia 19 de janeiro, vai propor, no seu anteprojeto de relatório, a criação de um Tribunal Constitucional. A proposta de um Tribunal Constitucional já foi rejeitada durante os trabalhos da Subcomissão do Poder Judiciário. Bisol passou a tarde ontem com o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), de centro, elaborando a proposta do tribunal. Bisol é desembargador licenciado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e juiz há trinta anos. Jobim é advogado e colaborou na elaboração do regimento interno do Congresso constituinte.

Bisol disse que vai conversar pessoalmente com os membros da comissão que pretendem fazer oposição ao seu anteprojeto de relatório. O senador João Menezes (PFL-PA), de centro, afirmou antontem à Folha que vai organizar um movimento para “derrubar” o anteprojeto de

Bisol. A estratégia de negociar as questões polêmicas em conversas pessoais foi uma decisão da última reunião dos relatores (todos do PMDB) na casa do deputado Ulysses Guimarães, há uma semana. Menezes discorda principalmente de Bisol no conceito de propriedade. Um esboço do anteprojeto de Bisol distingue “bens de uso particular e familiar” dos “bens de produção”, os últimos sujeitos a desapropriação.

Tribunal

Bisol afirma no esboço do seu anteprojeto que “O Tribunal de Garantias Constitucionais é composto por nove juizes escolhidos em eleição secreta pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, entre representantes das classes trabalhadoras (três), magistrados, promotores, professores universitários de matéria jurídica, advogados, todos de reputação ilibada e indiscutíveis serviços prestados a comunidade e indicados pela sociedade civil, na forma da lei”. A escolha dos juizes será por dois terços do Congresso Nacional. O mandato é de quatro anos e não é permitida a reeleição.

Família, Educação e Cultura

ACM vai prestar depoimento amanhã

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, irá amanhã à Comissão da Família, Educação e Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação — a única das oito comissões temáticas do Congresso constituinte que não terminou sua fase de reuniões públicas. Seus trabalhos atrasaram por causa de erro na publicação do anteprojeto da subcomissão da Educação e Cultura — a exclusão de um artigo. Até ontem à noite, o presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), tentava confirmar para hoje a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães.

O relator da comissão, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), não esperou o fim das reuniões públicas. Desde a segunda-feira se trancou em seu gabinete para começar a redigir seu substitutivo. O atraso nos trabalhos da comissão, somado às novas regras determinadas pelo presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (prorrogando o prazo para apresentação de emendas aos pareceres), preocupou Távola. Sem a

sua presença, a comissão hoje deverá discutir o tema Ciência e Tecnologia. Mas a fase decisiva só começa quando seu substitutivo for votado.

Temas polêmicos

Presidindo a reunião de ontem — quando a censura entrou em debate —, o senador Gadelha disse que entre os temas discutidos até agora os mais polêmicos foram o planejamento familiar, a adoção de menores por estrangeiros e as verbas públicas para o ensino público. Mas afirmou que, quando os constituintes colocarem em pauta os temas da Ciência e Tecnologia e Comunicação, os debates vão “esquentar” ainda mais.

Gadelha disse que a sugestão da deputada Rita Camata (PMDB-ES), sobre planejamento familiar, dividiu a comissão. A proposta só permite o planejamento familiar antes da fecundação, descartando as possibilidades do uso do aborto e do DIU (Dispositivo Intra-Uterino). Os constituintes nem discutem o aborto porque são contra, mas questionam a impossibilidade do uso do DIU, amplamente difundido no país.

Ordem Social

Relatores discutem contas do governo

O senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da Comissão da Ordem Social, e o deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, consumiram boa parte da tarde de ontem atrás de uma fórmula para compatibilizar a receita e as despesas do governo, na nova Constituição. Motivo: só os 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para o setor de saúde, aprovados por uma das subcomissões da Ordem Social, passam da metade do orçamento global da União para este ano.

“A esquerda teve conquistas sociais avançadas. Agora só resta saber quem vai pagar a conta”, ironiza o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi, afirmando que o “loteamento” do orçamento global da União aprovado pela esquerda nas subcomissões da Ordem Social pode ultrapassar seu valor em mais de duas vezes. “A esquerda nunca diz quem vai pagar a conta: é a grande demagogia”, diz o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto.

Pelas contas do senador Almir Gabriel, as sugestões aprovadas pela esquerda nas subcomissões somam 11,2% do PIB — ou Cz\$ 392 bilhões. Se este percentual do PIB incidisse sobre o orçamento para este ano, de Cz\$ 591 bilhões 841 milhões, restariam apenas Cz\$ 199 bilhões 841 milhões para os demais setores do governo, como o dos transportes, por exemplo, que hoje precisa de US\$ 2,44 bilhões para construir a ferrovia Norte-Sul. Gabriel não incluiu nos seus cálculos as contas de outras comissões. A Comissão da Família, da Educação e Cultura, e da Ciência

e Tecnologia e Comunicação pede 18% do orçamento para o setor da Educação.

“Não chegamos a negociar nada. Ainda estamos nas articulações, mas queremos compatibilizar as sugestões antes que os anteprojeto cheguem à Comissão de Sistematização”, afirmou Gabriel, que ontem recebeu 1.600 emendas para analisar e incluir ou não no seu substitutivo. Para Righi, as negociações para compatibilizar a receita e as despesas do governo começam na Comissão de Sistematização. “Será a grande engenharia que faremos: ter um sistema financeiro que suporte os avanços sociais”, afirmou o deputado.

Lula

Para o presidente do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, equilibrar as contas será “o início de luta de classes na Constituinte, que só terminará no plenário, onde se travará a grande pressão da sociedade”.

Gabriel admite que “articula” uma solução para equilibrar as contas, mas sustenta: “O que está se propondo, basicamente, é eliminar as injustiças”. O senador afirmou que não viu nenhuma sugestão socializante. Mas além dos cortes que tanto a comissão de Gabriel quanto a de Serra (que já calculou as despesas na ponta do lápis, mas não revela) terão de fazer, seus substitutivos ainda terão de enfrentar de novo o plenário. O deputado Alcení Guerra (PFL-PR), por exemplo, quer substituir os percentuais calculados sobre o PIB por percentuais sobre o orçamento. “O PIB não é mensurável. É apenas um número estatístico irreal”, justificou.

Dropes

* O secretário especial de Comunicação da Administração Federal, Getúlio Bittencourt, insistia ontem em divulgar na próxima segunda-feira o programa em que o presidente Sarney responderia a perguntas do deputado e jornalista Hélio Costa (PMDB-MG).

* A deputada Moema São Thiago (PDT-CE) foi ontem destituída do cargo de vice-líder do seu partido

como punição pelo fato de ter usado o horário destinado às lideranças para acusar Brizola de “autoritário” e compará-lo ao presidente Sarney.

* A principal sugestão apresentada pela população de Sergipe no primeiro dia de funcionamento do teleconstituinte, o telefone (079) 222-7990, foi um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e de cinco para os futuros presidentes.